



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640021 - PR (2021/0012558-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCIO JOSÉ RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO JOSE RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0012485-56.2020.8.16.0019).

O paciente foi condenado, em 1ª instância, pela prática dos delitos previstos no art. 155, §1º e §4º, inciso I, do Código Penal à pena de 3 anos e 3 meses de reclusão, em regime semiaberto. Perante a 2ª instância, foi reconhecida a causa de aumento do repouso noturno, resultando numa pena de 4 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

Sustenta a impossibilidade de reconhecimento da causa de aumento do repouso noturno, possível apenas quando se tratar de furto simples, além de ser incabível a análise objetiva do horário do crime sem se confirmar se a vítima se encontrava em repouso noturno.

Requer, liminarmente, o decote da causa de aumento referente ao descanso noturno. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência